

## RRB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Diretoria  
CNPJ nº 04.727.938/0001-69

Relatório da Diretoria  
Data: 31 de março de 2022

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, apresentamos os Balanços Patrimoniais e demais contas referentes aos exercícios encerrados em 31 de março de 2022.

Ativo Circulante	Balanço patrimonial em 31 de março - Em milhares de reais				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	29.240	4.114	108.861	85.070
Aplicações financeiras	7	4	3.273	4	3.273
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	-	352
Contas a receber	8	-	15.214	37.442	-
Estoques	9	-	50.881	28.868	-
Ativo biológico	11	-	185.230	139.681	-
Tributos a recuperar	10	1.087	928	13.687	17.953
Outros ativos	225	225	82	271	3.037
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>30.556</b>	<b>8.397</b>	<b>379.148</b>	<b>315.876</b>
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	19	-	-	1.822	2.050
Tributos a recuperar	10	-	-	21.515	16.604
Outros ativos	-	-	-	9	-
<b>Total do ativo não circulante</b>				<b>23.346</b>	<b>18.654</b>
Investimentos	12	265.195	179.035	483	493
Imobilizado	13	766	983	277.150	257.184
Intangível	15	920	1.130	1.737	2.716
Direito de uso	14	-	-	72.737	56.404
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>266.472</b>	<b>180.818</b>	<b>375.433</b>	<b>330.404</b>

Passivo e patrimônio líquido Circulante	Balanço patrimonial em 31 de março - Em milhares de reais				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fornecedores	15	202	34	27.200	25.193
Passivos de arrendamento	14	-	-	19.495	12.965
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	-	9.602
Salários e encargos sociais	463	311	9.565	8.945	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	21.889	17.855
Impostos e taxas	18	49	15	3.675	4.411
Adiantamentos de cliente	8	-	-	37.209	42.692
Dividendos a pagar	8.222	1.910	8.222	1.910	-
Outros passivos	46	53	1.346	1.317	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>8.982</b>	<b>2.323</b>	<b>128.601</b>	<b>124.530</b>
Patrimônio líquido	21	-	-	-	-
Capital social	249.129	249.129	249.129	249.129	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	(62.237)	-
Reserva de lucros	38.917	-	-	38.917	-
Subtotal	288.046	186.892	288.046	186.892	-
Participação dos não controladores	-	-	-	175	25
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>288.046</b>	<b>186.892</b>	<b>288.221</b>	<b>186.917</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>297.028</b>	<b>189.215</b>	<b>754.581</b>	<b>651.077</b>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais**

Em 31 de março de 2020	Nota	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal				
31 de março de 2020		249.129	-	(160.560)	88.569	-	88.569
Lucro líquido do exercício		-	-	98.323	98.323	8.923	107.271
Distribuição a não controladores	12 (c)	-	-	(62.237)	186.892	40,25	186.917
Em 31 de março de 2021		249.129	-	107.466	107.466	25	147.557
Lucro líquido do exercício		-	-	(2.261)	-	-	-
Destinações		-	-	(6.312)	(6.312)	-	(6.312)
Reserva legal	21 (b)	-	2.261	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	21 (c)	-	-	-	-	-	-
A deliberar em Assembleia Geral	21 (b)	-	-	36.656	(36.656)	-	-
Distribuição a não controladores	12 (c)	-	-	-	(39.941)	-	(39.941)
Em 31 de março de 2022		249.129	2.261	36.656	288.046	175	288.221

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**1 Informações gerais -** A RRB Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede social em Assis, Estado de São Paulo. Tem como objeto social e atividade preponderante a participação, direta ou indireta, nas empresas controladas mencionadas na Nota 2.2. A Companhia é controladora do Grupo Nova América (o "Grupo"), que é composto pelas seguintes empresas: Nova América Terras Ltda. ("Terras"); Nova América Negócios Ltda. ("Negócios"); Nova América Agrícola Ltda. ("Tarumá").

**(a) Impacto do Coronavírus (Covid-19) nas demonstrações financeiras** - Em meados de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde, declarou o surto do Coronavírus (Covid-19) como uma pandemia global, com esse evento o agravoamento desta, aumentando a volatilidade dos mercados, tanto financeiro quanto de commodities. Diante disto, as principais economias Globais vêm enfrentando esta situação, estudando e propondo pacotes de estímulos econômicos e de saúde, no sentido de se evitar uma eventual recessão. No Brasil, medidas de ajuda à prevenção e contenção desta epidemia, estão sendo tratadas mediante a publicação de atos normativos e decretos, tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal, abrangendo providências como a postergação do pagamento de tributos e contribuições, medidas restritivas de circulação de pessoas e redução de atividades comerciais e de serviços. A decretação da pandemia e estado de emergência no Brasil trouxe impactos operacionais para o Grupo, aliado ao fato de que a produção de alimentos e combustíveis (core business) terem sido consideradas atividades essenciais à economia, mantendo assim a continuidade das operações sem interrupções. Nas demonstrações financeiras do Grupo, encerradas em 31 de março de 2022, não foram evidenciados quaisquer impactos provocados pela pandemia e, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a administração concluiu que não havia impactos relevantes que pudessem colocar em dúvida a capacidade do Grupo de continuar operando nos próximos doze meses. Apesar disso, o Grupo adotou uma série de medidas e iniciativas com o objetivo de garantir a segurança de seus colaboradores e comunidade e reduzir os riscos de impacto às suas atividades. **Principais medidas adotadas pelo Grupo** - No início de março de 2020, o Grupo adotou medidas de prevenção e proteção visando a eventual chegada e disseminação deste vírus, medidas estas que foram complementadas para atender o quanto disposto nas orientações constantes nos decretos Federais, Estaduais e Municipais. A principal medida adotada pelo Grupo foram: • Criação de um comitê de gestão de contingência; • Distribuição de EPIs próprios para todos os colaboradores e obrigatoriedade do seu uso; • Reforço em todas as medidas de higiene e limpeza, e orientação a todos os colaboradores; • Comunicação recorrente e constante sobre os temas a relacionadas a ações preventivas de higiene e questões de saúde; • Afastamento de colaboradores pertencentes ao grupo de risco; • Realização de trabalho remoto nas áreas administrativas (home office) e revezamento de colaboradores; • Aumento no número de veículos que realizam transporte coletivo, a fim de reduzir a concentração de pessoas; • Extensão do horário dos refeitórios e demarcação dos lugares para se manter o distanciamento recomendado; • Acompanhamento pela medicina do trabalho de potenciais casos suspeitos de contaminação e isolamento destes; • Realização de testes rápidos em casos suspeitos. **Outras considerações** - Sobre a revisão de contratos, por acionamento da cláusula de força maior por clientes, não esperamos impacto relevante para o Grupo, considerando que a principal relação desta ocorre com a Raizen Paraguaguçu. Destarte, a administração não espera impactos relevantes das associações, são empresas que apresentam sólidos fundamentos financeiros e os respectivos contratos de fornecimento garantem uma compensação financeira em caso de possível impacto operacional. Não há previsão, ou risco, de interrupção das operações do Grupo, considerando que está operando em plena capacidade e seus colaboradores com os cuidados e recomendações sanitárias necessárias no combate ao COVID-19, em linha com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde. Durante esse período, nossos resultados se mantiveram positivos, ainda com o cenário da pandemia da COVID-19. Tivemos um aumento do lucro líquido, que foi de R\$ 147.557 no encerramento da safra em março de 2022 (2021 - R\$ 107.271). Em função da incerteza com relação a duração e evolução da situação, o Grupo durante o exercício seguiu os protocolos criados para prevenir a disseminação do SARS-CoV-2, além da realização de campanhas de vacinação para seus colaboradores. O Grupo continua monitorando os impactos da pandemia no Brasil e os possíveis impactos no negócio. **(b) Impactos das mudanças climáticas e outros** - As atividades do Grupo estão sujeitas a danos causados por eventos climáticos extremos (que podem ser causados por organismos vivos, como insetos e microrganismos), abióticos (como temperatura, irradiação e deficiência hídrica), incêndios acidentais e criminosos e outras forças da natureza. Existem processos voltados ao monitoramento e mitigação desses riscos, através do controle de pragas, sistema de monitoramento de incêndios via satélite que informa focos em um raio de até 3 km das áreas, equipes de combate a incêndio e ferramentas tecnológicas que auxiliam no levantamento de imagens para entender os impactos causados nas lavouras devido aos danos por estresses bióticos e abióticos durante o exercício. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, no resultado operacional do Grupo, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios do Grupo estão sujeitos a sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar. Não há nenhum tipo de seguro contratado que cubra esses riscos. Durante o exercício que se encerrou em 31 de março de 2022, o Grupo divulgou a alguns de seus Stakeholders (bancos, clientes, investidores e público interno) o Relatório Socioambiental da safra 2020/21, demonstrando as ações ambientais e sociais que realizou. **(c) Impactos dos conflitos entre Rússia x Ucrânia** - O conflito entre Rússia e Ucrânia e as consequências do aumento das tensões geopolíticas no leste europeu, tem elevado os preços do petróleo, derivados de petróleo e de fertilizantes no mercado internacional, uma vez que a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo e ambos são grandes produtores de adubos e fertilizantes. Diante desse cenário, a Administração avalia que o aumento dos custos de petróleo e seus derivados e dos insumos de fertilizantes, atualmente em mercado, decorrente do efeito da guerra, até o momento, não causa impacto em suas demonstrações financeiras anuais, em razão da sua prática de manutenção de estoques mínimos. Tomadas as providências de planejamento operacional e financeiro o Grupo vem monitorando os possíveis impactos do conflito entre a Rússia e Ucrânia nos resultados do próximo exercício. Não há previsão, ou risco, de interrupção das operações. **2 Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados no relatório, exceto quando indicado em contrário. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2021 e não foram identificados impactos materiais para o Grupo: **Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. **Novas normas que ainda não entraram em vigor** - Em 25 outubro de 2021, o Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC emitiu o decimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (1º de abril para o Grupo), ou seja, não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. • Inclusão dos itens 39A(G) e o novo D13A, alteração da alínea (f) do item D1 e renomeamento do item D13A para "CPC 37 (R1) - Adição à base de determinação de fluxo de caixa tributária para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.6.A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão dos itens 68A, 94A e 10B e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e

**Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de março**

Ativo Circulante	Balanço patrimonial em 31 de março - Em milhares de reais				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita bruta	23	(2.175)	(2.882)	(44.822)	(35.976)
Impostos incidentes	22	-	-	(398.465)	(314.960)
<b>Receita líquida</b>		<b>23</b>	<b>-</b>	<b>(134.264)</b>	<b>(111.631)</b>
Custo dos produtos vendidos	23	-	-	264.201	203.329
<b>Lucro bruto</b>					
Recargas (despesas) operacionais	23	(2.175)	(2.882)	(44.822)	(35.976)
Gerais e administrativas	-	-	-	-	-
Reversão (provisões) para demandas judiciais	19	-	-	(1.199)	4.823
Participação de empregados	(284)	(63)	(4.885)	(4.508)	-
Resultado de					
participações societárias	12	109.160	100.555	-	-
Outras receitas, líquidas	23	30	-	3.676	2.909
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>106.731</b>	<b>97.610</b>	<b>216.971</b>	<b>170.577</b>
Recargas financeiras	24	806	715	23.940	692
Despesas financeiras	24	(21)	(24)	(26.378)	(26.378)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>785</b>	<b>713</b>	<b>(10.139)</b>	<b>(18.687)</b>
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>107.516</b>	<b>98.323</b>	<b>206.832</b>	<b>151.890</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	(50)	-	(39.862)	(30.238)
Diferidos	20	-	-	(19.413)	(14.381)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>107.466</b>	<b>98.323</b>	<b>147.557</b>	<b>107.271</b>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia	-	-	-	107.466	98.323
Participação dos não controladores	-	-	-	40.091	8.949
<b>Lucro líquido do exercício</b>				<b>147.557</b>	<b>107.271</b>

**Demonstração do resultado abrangente**

Ativo Circulante	Balanço patrimonial em 31 de março - Em milhares de reais				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro do exercício		107.466	98.323	147.557	107.271
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>107.466</b>	<b>98.323</b>	<b>147.557</b>	<b>107.271</b>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia	-	-	-	107.466	98.323
Participação dos não controladores	-	-	-	40.091	8.949
<b>Resultado abrangente do exercício</b>				<b>147.557</b>	<b>107.271</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**1 Informações gerais -** A RRB Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede social em Assis, Estado de São Paulo. Tem como objeto social e atividade preponderante a participação, direta ou indireta, nas empresas controladas mencionadas na Nota 2.2. A Companhia é controladora do Grupo Nova América (o "Grupo"), que é composto pelas seguintes empresas: Nova América Terras Ltda. ("Terras"); Nova América Negócios Ltda. ("Negócios"); Nova América Agrícola Ltda. ("Tarumá").

**(a) Impacto do Coronavírus (Covid-19) nas demonstrações financeiras** - Em meados de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde, declarou o surto do Coronavírus (Covid-19) como uma pandemia global, com esse evento o agravoamento desta, aumentando a volatilidade dos mercados, tanto financeiro quanto de commodities. Diante disto, as principais economias Globais vêm enfrentando esta situação, estudando e propondo pacotes de estímulos econômicos e de saúde, no sentido de se evitar uma eventual recessão. No Brasil, medidas de ajuda à prevenção e contenção desta epidemia, estão sendo tratadas mediante a publicação de atos normativos e decretos, tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal, abrangendo providências como a postergação do pagamento de tributos e contribuições, medidas restritivas de circulação de pessoas e redução de atividades comerciais e de serviços. A decretação da pandemia e estado de emergência no Brasil trouxe impactos operacionais para o Grupo, aliado ao fato de que a produção de alimentos e combustíveis (core business) terem sido consideradas atividades essenciais à economia, mantendo assim a continuidade das operações sem interrupções. Nas demonstrações financeiras do Grupo, encerradas em 31 de março de 2022, não foram evidenciados quaisquer impactos provocados pela pandemia e, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a administração concluiu que não havia impactos relevantes que pudessem colocar em dúvida a capacidade do Grupo de continuar operando nos próximos doze meses. Apesar disso, o Grupo adotou uma série de medidas e iniciativas com o objetivo de garantir a segurança de seus colaboradores e comunidade e reduzir os riscos de impacto às suas atividades. **Principais medidas adotadas pelo Grupo** - No início de março de 2020, o Grupo adotou medidas de prevenção e proteção visando a eventual chegada e disseminação deste vírus, medidas estas que foram complementadas para atender o quanto disposto nas orientações constantes nos decretos Federais, Estaduais e Municipais. A principal medida adotada pelo Grupo foram: • Criação de um comitê de gestão de contingência; • Distribuição de EPIs próprios para todos os colaboradores e obrigatoriedade do seu uso; • Reforço em todas as medidas de higiene e limpeza, e orientação a todos os colaboradores; • Comunicação recorrente e constante sobre os temas a relacionadas a ações preventivas de higiene e questões de saúde; • Afastamento de colaboradores pertencentes ao grupo de risco; • Realização de trabalho remoto nas áreas administrativas (home office) e revezamento de colaboradores; • Aumento no número de veículos que realizam transporte coletivo, a fim de reduzir a concentração de pessoas; • Extensão do horário dos refeitórios e demarcação dos lugares para se manter o distanciamento recomendado; • Acompanhamento pela medicina do trabalho de potenciais casos suspeitos de contaminação e isolamento destes; • Realização de testes rápidos em casos suspeitos. **Outras considerações** - Sobre a revisão de contratos, por acionamento da cláusula de força maior por clientes, não esperamos impacto relevante para o Grupo, considerando que a principal relação desta ocorre com a Raizen Paraguaguçu. Destarte, a administração não espera impactos relevantes das associações, são empresas que apresentam sólidos fundamentos financeiros e os respectivos contratos de fornecimento garantem uma compensação financeira em caso de possível impacto operacional. Não há previsão, ou risco, de interrupção das operações do Grupo, considerando que está operando em plena capacidade e seus colaboradores com os cuidados e recomendações sanitárias necessárias no combate ao COVID-19, em linha com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde. Durante esse período, nossos resultados se mantiveram positivos, ainda com o cenário da pandemia da COVID-19. Tivemos um aumento do lucro líquido, que foi de R\$ 147.557 no encerramento da safra em março de 2022 (2021 - R\$ 107.271). Em função da incerteza com relação a duração e evolução da situação, o Grupo durante o exercício seguiu os protocolos criados para prevenir a disseminação do SARS-CoV-2, além da realização de campanhas de vacinação para seus colaboradores. O Grupo continua monitorando os impactos da pandemia no Brasil e os possíveis impactos no negócio. **(b) Impactos das mudanças climáticas e outros** - As atividades do Grupo estão sujeitas a danos causados por eventos climáticos extremos (que podem ser causados por organismos vivos, como insetos e microrganismos), abióticos (como temperatura, irradiação e deficiência hídrica), incêndios acidentais e criminosos e outras forças da natureza. Existem processos voltados ao monitoramento e mitigação desses riscos, através do controle de pragas, sistema de monitoramento de incêndios via satélite que informa focos em um raio de até 3 km das áreas, equipes de combate a incêndio e ferramentas tecnológicas que auxiliam no levantamento de imagens para entender os impactos causados nas lavouras devido aos danos por estresses bióticos e abióticos durante o exercício. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, no resultado operacional do Grupo, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios do Grupo estão sujeitos a sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar. Não há nenhum tipo de seguro contratado que cubra esses riscos. Durante o exercício que se encerrou em 31 de março de 2022, o Grupo divulgou a alguns de seus Stakeholders (bancos, clientes, investidores e público interno) o Relatório Socioambiental da safra 2020/21, demonstrando as ações ambientais e sociais que realizou. **(c) Impactos dos conflitos entre Rússia x Ucrânia** - O conflito entre Rússia e Ucrânia e as consequências do aumento das tensões geopolíticas no leste europeu, tem elevado os preços do petróleo, derivados de petróleo e de fertilizantes no mercado internacional, uma vez que a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo e ambos são grandes produtores de adubos e fertilizantes. Diante desse cenário, a Administração avalia que o aumento dos custos de petróleo e seus derivados e dos insumos de fertilizantes, atualmente em mercado, decorrente do efeito da guerra, até o momento, não causa impacto em suas demonstrações financeiras anuais, em razão da sua prática de manutenção de estoques mínimos. Tomadas as providências de planejamento operacional e financeiro o Grupo vem monitorando os possíveis impactos do conflito entre a Rússia e Ucrânia nos resultados do próximo exercício. Não há previsão, ou risco, de interrupção das operações. **2 Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados no relatório, exceto quando indicado em contrário. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2021 e não foram identificados impactos materiais para o Grupo: **Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. **Novas normas que ainda não entraram em vigor** - Em 25 outubro de 2021, o Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC emitiu o decimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (1º de abril para o Grupo), ou seja, não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. • Inclusão dos itens 39A(G) e o novo D13A, alteração da alínea (f) do item D1 e renomeamento do item D13A para "CPC 37 (R1) - Adição à base de determinação de fluxo de caixa tributária para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.6.A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão dos itens 68A, 94A e 10B e alteração

### RRB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

...continuação

mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. (a) **Venda de produtos** - As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescrito ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto à sua realização. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado. (b) **Componentes de financiamento** - O Grupo não prevê transferências aos clientes e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, o Grupo não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. (c) **Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.22 **Demais receitas e despesas** - As demais receitas e despesas são registradas ao resultado do exercício, de acordo com o regime contábil de competência do exercício. 3 **Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir: (a) **Valor justo dos ativos biológicos** - O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, quantidade de área plantada e incremento médio anual, produtividade e qualidade, divulgadas na Nota 11. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos. (b) **Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado** - A revisão da vida útil dos ativos são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos apresente diferenças significativas em relação ao valor de mercado. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor do ativo é ajustado e sua vida útil readequada para novos parâmetros. (c) **Taxa incremental sobre empréstimos do arrendamento** - A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de

arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada por um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. (d) **Passivos de arrendamento** - Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de terras, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão); • Se houver benefícios em imóveis de terceiros com saída residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. • Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado. (e) **Provisão para demandas judiciais** - O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, civis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração do Grupo, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. 4 **Gestão de risco financeiro** - As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo possui as seguintes políticas que orientam suas operações em relação a instrumentos financeiros, as quais estão aprovadas pela Administração: (i) Diretrizes de crédito e liquidez, que orientam as aplicações de caixa do Grupo, observando riscos das contrapartes, dos instrumentos de créditos e de liquidez, entre outros; (ii) Diretrizes de hedge e comercialização, que orienta a administração das exposições do Grupo aos riscos de produção agrícola esperada e sua comercialização, vis a vis a adoção de instrumentos de hedge de moedas e de commodities agrícolas, para a proteção da mesma contra riscos de preço, sempre objetivando proteger a margem operacional do Grupo. O Grupo a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

13 Imobilizado (Consolidado) - (a) Movimentação do ativo imobilizado:													
Custo	Edifícios	Móveis e utensílios	Equipamentos	Veículos	Informáticas	Máquinas agrícolas	Pas-agrocolhas	Terra nua	Imobiliazamentos	Benfeitorias	Adiant. p/ aquisição de imobilizado	Lavoura de cana	Total
Em 31 de março de 2020	4.020	5.395	4.766	56.520	1.958	82.856	2.460	49.198	87	14.882	576	266.192	488.910
Aquisições	-	189	81	10.408	144	7.870	169	-	-	1.332	50	25.777	46.200
Baixas	(147)	(4)	-	(2.987)	-	(5.349)	-	-	-	-	-	-	(8.487)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	595	595
Em 31 de março de 2021	3.873	5.580	4.847	63.941	2.102	85.377	2.629	49.198	87	16.214	626	292.564	527.038
Aquisições	-	220	266	19.449	628	10.749	265	-	652	1.202	301	31.570	65.300
Baixas	-	(119)	-	(2.576)	-	(10.918)	-	-	-	-	-	-	(13.703)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	877	877
Em 31 de março de 2022	3.873	5.681	5.113	80.814	2.730	85.206	2.894	49.198	739	17.416	927	325.011	579.602

**Depreciação**  
Em 31 de março de 2020 (1.434) (2.483) (1.652) (43.368) (1.306) (48.275) (1.974) - (7.251) - (125.497) (233.240)  
Depreciação do exercício (119) (657) (192) (3.965) (133) (7.792) (88) - (489) - (31.822) (45.703)  
Baixas 6 3 - 2.980 - 5.349 - - - - - - - 8.338  
Em 31 de março de 2021 (1.547) (3.137) (1.844) (44.353) (1.439) (50.178) (2.062) - (7.740) - (157.034) (268.974)  
Depreciação do exercício (116) (637) (207) (4.285) (279) (7.749) (86) - (523) - (31.822) (45.703)  
Baixas - 69 - 2.576 - 5.349 - - - - - - - 8.338  
Em 31 de março de 2022 (1.663) (3.705) (2.051) (46.062) (1.718) (47.986) (2.148) - (8.263) - (188.856) (302.452)

**Saldo líquido em:**  
31 de março de 2020 2.586 2.912 3.114 13.152 652 34.586 486 49.198 87 7.631 576 140.695 255.670  
31 de março de 2021 2.326 2.443 3.003 19.588 663 34.659 567 49.198 87 8.474 626 135.530 257.164  
31 de março de 2022 2.210 1.976 3.062 34.752 1.012 37.220 746 49.198 739 9.153 927 136.155 271.150

**Taxas médias anuais**  
de depreciação 2,50% 10% 10% 14% 33% 10% 10% - 4% - 16,67% -

**Outras informações** - Em 31 de março de 2022 e 2021, não existiam bens do ativo imobilizado cedidos em garantia de empréstimos e financiamentos. A vida útil dos ativos imobilizados do Grupo, objeto de cálculo da depreciação reconhecida no resultado do exercício, encontra-se revisada em consonância com o Pronunciamento Técnico - CPC27 - Ativo Imobilizado. A administração do Grupo não identifica a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao valor de recuperação em 31 de março de 2022 e 2021.

**14 Direito de uso e passivos de arrendamento (Consolidado)** - A taxa média ponderada de empréstimo incremental dos novos contratos aplicada aos passivos de arrendamentos em 31 de março de 2022 foi de 14,05% (2021 - 7,00%) e em 1º de janeiro de 2022 foi de 14,05% (2021 - 7,00%). Não é considerado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. (b) **Trabalhistas** - A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, principalmente relacionadas às reclamações de horas extras, insalubridade e periculosidade. Os valores provisionados estão com base na avaliação da administração do Grupo, com o apoio dos seus assessores jurídicos. (c) **Depósitos judiciais** - Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são mantidos em juízo até a solução dos processos. Naquele julgamento, focou-se a seguinte contingente - não registrado - A controlada Tarumá questiona judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições ao PIS e a COFINS instituída pela Lei nº 9.718/98. Em 31 de março de 2022, os valores envolvidos nessa ação judicial, montam a R\$ 16.628 (2021 - R\$ 15.617). Em fase de tal decisão foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado parcialmente por favor para afastar a incidência do disposto no artigo 3º da Lei 9.718/98 e limitar a compensação aos 5 anos anteriores à distribuição da ação. Referida ação ensejou um litigioso de recursos especial e extraordinário pela empresa. Nossos assessores jurídicos avaliam como remota as perspectivas de perda da ação no que se refere a majoração das bases de cálculo do PIS e da COFINS, promovida pela Medida Provisória nº 1.724/98, convertida na Lei nº 9.718/98. O ganho será materializado após o encerramento da segunda parcela do processo. Nessa mesma demanda judicial, discute-se ainda a legalidade da a sistemática da não-cumulatividade da COFINS. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122, tema 84 da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal por maioria, negou o pronunciamento do recurso do contribuinte. Naquele julgamento, focou-se a seguinte tese: é constitucional a previsão em lei ordinária que introduz a sistemática da não-cumulatividade da COFINS dado que observa os princípios da legalidade, isonomia, capacidade contributiva global e não-confisco. O julgamento ainda não ofereceu nenhum desdobramento ao presente processo, que continua suspenso. Dado o trânsito em julgado, com desfecho favorável à União Federal, nossos assessores jurídicos consideram provável a chance de perda das medidas tentadas. Como a ação judicial não transitou em julgado, a controlada Tarumá não contabilizou o valor do ganho esperado conforme estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. No encerramento do processo, não haverá qualquer passivo para a Companhia referente a essa discussão. (e) **Contingências passíveis** - A controlada Tarumá é parte em outros processos judiciais e administrativos, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificados pela Administração e seus advogados e consultores legais como possível. As contingências classificadas como possíveis, estão representadas em 31 de março de 2022 como trabalhistas (19.b) em R\$ 5.896 (2021 - R\$ 13.572) e civis R\$ 8.548 (2021 - R\$ 5.238).

**20 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado) - (a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos** - A Companhia e suas controladas adotam a prática de contabilizar os créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social, correspondentes à totalidade das diferenças temporárias entre os registros fiscais e contábeis e sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Saldo passivo de arrendamento	93.008	70.220
(i) Ajuste a valor presente	(16.803)	(11.479)
	76.205	58.741

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	2022	2021
1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023	-	369
1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024	2.916	5.911
1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025	5.421	5.911
1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026	4.413	3.886
1º de abril de 2026 a 31 de março de 2027	15.468	14.790
1º de abril de 2027 a 31 de março de 2028	8.404	7.376
A partir de 1º de abril de 2028	20.388	8.333
	56.710	46.136

**15 Fornecedores (Consolidado)**  
Bens e serviços 27.095 24.199  
Fornecedores de cana 75 503  
Fornecedores - convênio (i) - 425  
Outros 30 66  
Em 31 de março de 2022 27.200 25.193

(i) A controlada Tarumá possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras ("Convênios"), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos e serviços prestados à controlada, diretamente com instituições financeiras. **16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)** - A composição dos empréstimos e financiamentos, é a seguinte:

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Saldo passivo de arrendamento	93.008	70.220
(i) Ajuste a valor presente	(16.803)	(11.479)
	76.205	58.741

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	2022	2021
1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023	-	369
1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024	2.916	5.911
1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025	5.421	5.911
1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026	4.413	3.886
1º de abril de 2026 a 31 de março de 2027	15.468	14.790
1º de abril de 2027 a 31 de março de 2028	8.404	7.376
A partir de 1º de abril de 2028	20.388	8.333
	56.710	46.136

**16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)**  
Fornecedores de cana 75 503  
Fornecedores - convênio (i) - 425  
Outros 30 66  
Em 31 de março de 2022 27.200 25.193

(i) A controlada Tarumá possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras ("Convênios"), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos e serviços prestados à controlada, diretamente com instituições financeiras. **16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)** - A composição dos empréstimos e financiamentos, é a seguinte:

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Saldo passivo de arrendamento	93.008	70.220
(i) Ajuste a valor presente	(16.803)	(11.479)
	76.205	58.741

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	2022	2021
1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023	-	369
1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024	2.916	5.911
1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025	5.421	5.911
1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026	4.413	3.886
1º de abril de 2026 a 31 de março de 2027	15.468	14.790
1º de abril de 2027 a 31 de março de 2028	8.404	7.376
A partir de 1º de abril de 2028	20.388	8.333
	56.710	46.136

**17 Fornecedores (Consolidado)**  
Bens e serviços 27.095 24.199  
Fornecedores de cana 75 503  
Fornecedores - convênio (i) - 425  
Outros 30 66  
Em 31 de março de 2022 27.200 25.193

(i) A controlada Tarumá possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras ("Convênios"), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos e serviços prestados à controlada, diretamente com instituições financeiras. **16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)** - A composição dos empréstimos e financiamentos, é a seguinte:

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Saldo passivo de arrendamento	93.008	70.220
(i) Ajuste a valor presente	(16.803)	(11.479)
	76.205	58.741

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	2022	2021
1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023	-	369
1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024	2.916	5.911
1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025	5.421	5.911
1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026	4.413	3.886
1º de abril de 2026 a 31 de março de 2027	15.468	14.790
1º de abril de 2027 a 31 de março de 2028	8.404	7.376
A partir de 1º de abril de 2028	20.388	8.333
	56.710	46.136

**18 Fornecedores (Consolidado)**  
Bens e serviços 27.095 24.199  
Fornecedores de cana 75 503  
Fornecedores - convênio (i) - 425  
Outros 30 66  
Em 31 de março de 2022 27.200 25.193

(i) A controlada Tarumá possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras ("Convênios"), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos e serviços prestados à controlada, diretamente com instituições financeiras. **16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)** - A composição dos empréstimos e financiamentos, é a seguinte:

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Saldo passivo de arrendamento	93.008	70.220
(i) Ajuste a valor presente	(16.803)	(11.479)
	76.205	58.741

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	2022	2021
1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023	-	369
1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024	2.916	5.911
1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025	5.421	5.911
1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026	4.413	3.886
1º de abril de 2026 a 31 de março de 2027	15.468	14.790
1º de abril de 2027 a 31 de março de 2028	8.404	7.376
A partir de 1º de abril de 2028	20.388	8.333
	56.710	46.136

**19 Fornecedores (Consolidado)**  
Bens e serviços 27.095 24.199  
Fornecedores de cana 75 503  
Fornecedores - convênio (i) - 425  
Outros 30 66  
Em 31 de março de 2022 27.200 25.193

(i) A controlada Tarumá possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras ("Convênios"), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos e serviços prestados à controlada, diretamente com instituições financeiras. **16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)** - A composição dos empréstimos e financiamentos, é a seguinte:

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Saldo passivo de arrendamento	93.008	70.220
(i) Ajuste a valor presente	(16.803)	(11.479)
	76.205	58.741

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	2022	2021
1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023	-	369
1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024	2.916	5.911
1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025	5.421	5.911
1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026	4.413	3.886
1º de abril de 2026 a 31 de março de 2027	15.468	14.790
1º de abril de 2027 a 31 de março de 2028	8.404	7.376
A partir de 1º de abril de 2028	20.388	8.333
	56.710	46.136

**20 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)**  
Fornecedores de cana 75 503  
Fornecedores - convênio (i) - 425  
Outros 30 66  
Em 31 de março de 2022 27.200 25.193

(i) A controlada Tarumá possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras ("Convênios"), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos e serviços prestados à controlada, diretamente com instituições financeiras. **16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)** - A composição dos empréstimos e financiamentos, é a seguinte:

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Saldo passivo de arrendamento	93.008	70.220
(i) Ajuste a valor presente	(16.803)	(11.479)
	76.205	58.741

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	2022	2021
1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023	-	369
1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024	2.916	5.911
1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025	5.421	5.911
1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026	4.413	3.886
1º de abril de 2026 a 31 de março de 2027	15.468	14.790
1º de abril de 2027 a 31 de março de 2028	8.404	7.376
A partir de 1º de abril de 2028	20.388	8.333
	56.710	46.136

**21 Fornecedores (Consolidado)**  
Bens e serviços 27.095 24.199  
Fornecedores de cana 75 503  
Fornecedores - convênio (i) - 425  
Outros 30 66  
Em 31 de março de 2022 27.200 25.193

(i) A controlada Tarumá possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras ("Convênios"), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos e serviços prestados à controlada, diretamente com instituições financeiras. **16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)** - A composição dos empréstimos e financiamentos, é a seguinte:

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Saldo passivo de arrendamento	93.008	70.220
(i) Ajuste a valor presente	(16.803)	(11.479)
	76.205	58.741

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	2022	2021
1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023	-	369
1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024	2.916	5.911
1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025	5.421	5.911
1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026	4.413	3.886
1º de abril de 2026 a 31 de março de 2027	15.468	14.790
1º de abril de 2027 a 31 de março de 2028	8.404	7.376
A partir de 1º de abril de 2028	20.388	8.333
	56.710	46.136

**22 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)**  
Fornecedores de cana 75 503  
Fornecedores - convênio (i) - 425  
Outros 30 66  
Em 31 de março de 2022 27.200 25.193

(i) A controlada Tarumá possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras ("Convênios"), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos e serviços prestados à controlada, diretamente com instituições financeiras. **16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)** - A composição dos empréstimos e financiamentos, é a seguinte:

	31 de março de 2022	31 de março de 2021
Saldo passivo de arrendamento	93.008	70.220
(i) Ajuste a valor presente	(16.803)	(11.479)
	76.205	58.741

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	2022	2021
1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023	-	369
1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024	2.916	5.911
1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025	5.421	5.911
1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026	4.413	3.886

RRB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.									
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.									
<b>24 Resultado financeiro (Consolidado)</b>									
<b>Receitas financeiras:</b>									
Juros sobre aplicações financeiras	2022	2021							
	9.112	4.062							
MTM - Instrumentos financeiros derivativos	7.232	-							
Resultado instrumento financeiro liquidado	2.202	1.987							
Variação monetária ativa	5.363	1.607							
Outros	31	36							
	23.940	7.692							
<b>Despesas financeiras:</b>									
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.348)	(4.590)							
Juros diversos	(4.653)	(4.473)							
MTM - Instrumentos financeiros derivativos	-	(10.208)							
Resultado instrumento financeiro liquidado	(14.950)	(3.061)							
Variação monetária passiva	(618)	(220)							
Realização do AVP - passivos de arrendamento	(5.151)	(3.710)							
Outros	(359)	(117)							
	(34.079)	(26.379)							
	(10.139)	(18.687)							
<b>Resultado financeiro</b>									
<b>25 Partes relacionadas - (a) Controladora</b>									
<b>Saldos</b>									
<b>Ativo circulante</b>									
Outros ativos	196	-	27	223	6				
<b>Passivo circulante</b>									
Outros passivos	30	10	-	40	48				
<b>Transações</b>									
<b>Despesas operacionais e não operacionais</b>									
	(446)	(10)	(110)	(566)	(475)				
<b>A Administração</b>									
<b>Leandra Thomé de Souza Sepulveda - Gerente Administrativa</b>									
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>									
<b>Wendel Marques Cordeiro de Barros - Supervisor de Controladoria - CRC 1 SP 263133/O-1</b>									
Aos Administradores e Acionistas									
<b>RRB Empreendimentos e Participações S.A.</b>									
<b>Opinião</b> - Examinamos as demonstrações financeiras individuais da RRB Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da RRB Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RRB Empreendimentos e Participações S.A. e da RRB Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião</b> - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à									
Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b> - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Se									
gurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar									
dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.									
Ribeirão Preto, 20 de junho de 2022									
 <b>PricewaterhouseCoopers</b> <b>Luis Fernando de Souza Maranhã</b> <b>Audidores Independentes Ltda.</b> Contador CRC 2SP000160/O-5      CRC 1SP201527/O-5									

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>